



Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

Termos de Referência

CONSULTORIA LOCAL PARA LEVANTAMENTO DE VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE E ABE EM PROJETOS E MANUAIS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO URBANO – SALVADOR BA

1. Contexto

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementadas. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;

4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de Adaptação Baseada em Ecossistema (AbE).
5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

2. Contexto

O clima urbano e seus elementos, tais como temperatura, umidade, radiação e vento, são diretamente influenciados pela urbanização e configura microclimas peculiares às cidades. Esse microclima é o resultado do conjunto de transformações geradas pela construção de infraestruturas, e também pela supressão da vegetação, que contribuem para o aumento da temperatura, para a formação de ilhas de calor, característica universal do clima urbano, e para ocorrência de inversão térmica. Todos esses fatores estabelecem influências recíprocas com os fenômenos relacionados às mudanças climáticas que ocorrem em escala global. O microclima urbano e as alterações verificadas em seu ambiente térmico têm forte impacto na saúde das populações urbanas, cujo percentual é de 76% no Brasil, conforme dados do IBGE de 2017. Do ponto de vista da saúde humana, importantes impactos têm sido verificados na regulação circulatória e térmica do organismo, ocorrendo até mesmo casos de óbito. Do ponto de vista dos ecossistemas, os impactos climáticos envolvem um conjunto de processos ecossistêmicos provedores de serviços ambientais necessários à qualidade de vida nas cidades.

Com mais de 2,9 milhões de habitantes, Salvador, capital do estado da Bahia, é o município mais populoso do Nordeste e o terceiro do Brasil. Segundo o estudo do IBGE "População em Áreas de Risco no Brasil" de 2018, Salvador apresenta a maior contingente de população em áreas de risco, tanto na Região Nordeste quanto no Brasil, correspondendo a 1 217 527 habitantes (45,5 % da população total do município) (IBGE 2018). Ao mesmo tempo, Salvador é altamente vulnerável aos impactos da mudança do clima, em especial ao aumento do nível do mar e eventos como fortes chuvas, tempestades, inundações e deslizamentos. Essas são hoje algumas das principais causas de danos e perdas, de acordo com o estudo "Impacto, Vulnerabilidade e Adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças do clima" (PBMC 2016), do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC),

A Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), em particular a Diretoria de Resiliência Municipal da Secretaria Cidade Sustentável (SECIS), dedica-se a lidar com a questão dos riscos climáticos, adaptação e resiliência. O Departamento de Defesa Civil de Salvador (CODESAL), também vinculado à SECIS, desempenha um papel importante na redução e preparação para as vulnerabilidades e riscos climáticos atuais. Salvador também é membro da "Iniciativa 100 Cidades Resilientes", apoiada pela Fundação Rockefeller, que visa construir e implementar a Estratégia de Resiliência do Município. O foco dessa Estratégia é promover o desenvolvimento sustentável para reduzir a desigualdade social em Salvador – considerada causa de altos níveis de estresse na Cidade. A Estratégia encontra-se na fase 3 do projeto, que consiste na preparação de iniciativas para implementar a Estratégia. Ademais, o Município contratou um consórcio de empresas e instituições de consultoria especializadas, para realizar uma análise de vulnerabilidade do território do município à mudança do clima e, também, para elaborar o Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC). As duas iniciativas são sinérgicas e deverão apresentar atividades complementares. Além disso, os convites à apresentação de propostas estão sendo preparados para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos. Existe um esforço do Município no sentido de promover estudos capazes de servir como base para políticas públicas eficazes no que se refere ao desenvolvimento sustentável, mudança do clima, e resiliência.

No processo de desenvolvimento de capacidades municipais para lidar com os riscos climáticos, já existe consciência de que a mudança do clima pode afetar as provisões de água e da energia, a infraestrutura e o transporte, os sistemas de drenagem, a saúde humana, e a distribuição de alimentos. Dessa forma, se faz necessário que as soluções para lidar com a mudança do clima sejam desenvolvidas conjuntamente com a infraestrutura urbana.

Já tendo sido mapeadas as áreas de risco de Salvador, que estão espalhadas por grande parte da maioria dos bairros do município, e sabendo que essas áreas são habitadas pela população mais vulnerável aos riscos climáticos prevalentes nelas, torna-se necessário identificar quais são os elementos da infraestrutura urbana, incluindo a infraestrutura verde, necessários para lidar com os riscos advindos da mudança do clima nas comunidades mais vulneráveis. Dessa forma, pode-se garantir o melhor uso de instrumentos e tecnologias emergentes para tornar a utilização das infraestruturas mais eficientes e adaptadas para lidar com a mudança do clima.

A partir da parceria da Prefeitura com o projeto ProAdapta, já foi elaborada uma análise prévia identificando os elementos da infraestrutura urbana e verde/AbE para lidar com os riscos advindos da mudança do clima em duas comunidades vulneráveis da cidade (Beira Dique e Padre Ugo), assim como a identificação dos próximos passos. O produto dessa consultoria delimitou quais são as áreas prioritárias passíveis de revisão do atual modelo de planejamento

urbano, que permitirão obras públicas que envolvam cada vez mais infraestrutura verde e a adaptação baseada em ecossistemas, incluindo a definição de áreas para implantar medidas piloto. Foram identificadas quatro medidas / abordagens para implantar ações/considerações sobre AbE.

Áreas / Processos
<i>Projeto Novo Mané Dendê</i>
<i>Pilotos Beira Dique e Padre Ugo</i>
<i>Manuais técnicos; a) de Projetos; b) de Encargos.</i>
<i>Manual Prático Morar Melhor</i>

Buscando uma breve contextualização à respeito dos quatro projetos/ações, temos que o **projeto “Novo Mané Dendê”** trata-se de um projeto de saneamento, urbanismo e intervenção social. Atuante na região da Bacia do Mané Dendê, na capital baiana, que abrange os bairros Alto de Santa Terezinha, Itacaranha, Plataforma, Rio Sena e Ilha Amarela, tem como alguns serviços oferecidos a macrodrenagem de três quilômetros do rio, além de seus afluentes, recuperando sua drenagem pluvial e diminuindo a quantidade de enchentes, sem falar na estruturação de toda uma nova rede de esgotamento sanitário que irá proporcionar para mais de 1,8 mil casas, saneamento com rede de esgoto conectada à rede geral, ao invés de ser lançada diretamente no rio. Outra ação que será proporcionada nesse projeto é a reestruturação de moradias construídas ao longo do leito do rio ou em suas margens. O terreno acidentado que agrava as condições das moradias, inclusive, é uma das características do Mané Dendê, conforme explica o projeto feito pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF). Segundo a prefeitura, a maior parte das casas da comunidade fica perto de esgotos, o que eleva o risco de doenças, de inundações e deslizamentos de terra. O projeto lançado busca mudar essa realidade. Além dessas ações, nesse projeto também será feita a urbanização da região da Bacia do Mané Dendê, com construção de um mercado público, duas creches, um centro cultural multiuso, um terminal de ônibus, 24 praças, vias de acesso ao transporte e recuperação de nascentes. As ações sociais envolvem geração de emprego e de renda na região, capacitação profissional e equipamentos para cooperativas de reciclagem.

As **comunidades Beira Dique e Padre Ugo**, tratam-se de comunidades piloto para o levantamento de vulnerabilidades climáticas no contexto do projeto do ProAdapta e identificação de possíveis medidas de infraestrutura verde e/ou adaptação baseada em ecossistema, uma vez que são consideradas áreas com alto risco de deslizamentos, utilizando-se de potenciais medidas de reflorestamento para reduzir o movimento de massa e evitar a invasão da área por parte da

população. Para isso, são utilizadas medidas como pomar ou horta, além de promover a participação popular e aumentar a sensação de pertencimento da área.

Nesse contexto, o projeto ProAdapta se deparou também com os Manuais técnicos e o Manual Prático Morar Melhor, ambos realizados pela Prefeitura de Salvador, em parceria com as secretarias. Por se tratarem de **Manuais/Cadernos de consulta pública para projetos/encargos** esses instrumentos institucionais funcionam como norteadores e delimitadores das especificidades, as quais um projeto ou encargo necessita para ter uma padronização. Dentre esses cadernos, o Manual de Encargos sequer menciona a cobertura verde, ou outras formas de construção sustentável dentro de suas especificações. Por isso, foi proposto no levantamento inicial a articulação, com as instituições responsáveis, para uma atualização/acréscimo desses cadernos e manuais, para a inserção de propostas e soluções sustentáveis, dentro das ações previstas nos projetos/ encargos.

Já o **Manual Prático Morar Melhor** indica quais as especificações para a recuperação, reestruturação e melhoria de habitações/moradias que serão contempladas pela iniciativa. Dentro dos objetivos do Morar Melhor, está prestar assistência técnica gratuita em arquitetura, urbanismo e engenharia na elaboração da unidade habitacional e seu entorno, diminuindo o déficit qualitativo nas habitações de Interesse Social, ou seja, intervenção nas residências precárias com a requalificação das unidades, recuperando os componentes estéticos de forma que possibilite aos moradores um maior conforto, melhoria da qualidade de vida e das condições sanitárias das habitações, aumentando a salubridade dessas edificações.

3. Objetivos

Objetivo Geral:

O objetivo geral do presente TdR é apoiar a Prefeitura Municipal de Salvador no levantamento de viabilidade de implementação de medidas e abordagens de infraestrutura verde e adaptação baseada em ecossistemas (AbE) em projetos e manuais do atual planejamento urbano, na base de um diagnóstico da situação atual deles, e elaborar um plano de trabalho detalhado para chegar em uma implantação efetiva dessas atividades

Objetivos específicos:

1. Elaborar um diagnóstico inicial sobre a situação atual do projeto **Novo Bacia do Mané Dendê** e pontos de entrada para soluções de infraestrutura verde e/ou AbE. Verificar a possibilidade de implantação de *pelo menos uma* solução de infraestrutura verde e/ou AbE *imediata* nesse projeto, conforme interesse e demanda da PMS. Caso positivo, deverá ser feita sugestão de *pelo menos uma atividade concreta* de infraestrutura verde

e/ou AbE para ser desenvolvida, e verificar qual o empenho, processo e etapas, necessário para sua implementação.

Secretarias municipais e outras instituições a serem consultadas e envolvidas: SEINFRA, Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF).

2. Elaborar um diagnóstico inicial sobre a situação atual das **duas áreas piloto (Padre Ugo e Beira Dique)** e pontos de entrada para soluções de infraestrutura verde e/ou AbE. Identificar projetos e ações em andamento previstos neles, para verificar a possibilidade de implantação de pelo menos uma solução de infraestrutura verde e/ou AbE em cada área piloto *a curto prazo*, conforme viabilidade técnica e financeira da PMS. Caso positivo, deverá ser feita sugestão de *pelo menos uma atividade concreta de infraestrutura verde e/ou AbE* por área piloto para ser desenvolvida, e verificar qual o empenho, processo e etapas, necessários para essa implementação.

Secretarias municipais e outras instituições a serem consultadas e envolvidas: SEINFRA, SUCOP, CODESAL, SEMAN e FMLF.

3. Elaborar um diagnóstico inicial sobre a situação atual do **manual de projetos e do manual de encargos da FMLF** e sobre pontos de entrada para soluções de infraestrutura verde e/ou AbE. Verificar, no âmbito deles, quais as informações e ideias concretas sobre práticas de AbE e infraestrutura verde a serem inseridas nesses manuais, e qual o empenho, processo e etapas, necessários para sua revisão e atualização.

Secretarias municipais e outras instituições a serem consultadas e envolvidas: FMLF, SEINFRA, SUCOP e SEMAN.

4. Elaborar um diagnóstico inicial sobre a situação atual do **Manual Prático Morar Melhor** e sobre pontos de entrada para soluções de infraestrutura verde e/ou AbE. Verificar quais as informações e ideias concretas sobre práticas de AbE e infraestrutura verde a serem inseridas neste manual, e qual o empenho, processo e etapas, necessários para sua revisão e atualização.

Secretarias municipais e outras instituições a serem consultadas e envolvidas: FMLF, SEINFRA.

5. Preparar um plano de trabalho detalhado para implementação de atividades que contemplem os 4 objetivos supracitados; apoiar na elaboração de uma lista de consultores, pesquisadores/ faculdades/ instituições ou redes acadêmicas, empresas especializadas e órgãos da sociedade civil que possam contribuir na implementação das atividades ligadas a cada um dos objetivos supracitados.

4. Produtos e Prazos

O contrato terá duração entre o período de 18/11/2019 a 09/04/2020, sendo previstos até 54 dias de trabalho. O prazo de entrega do produto final está previsto para o dia 09/03/2020. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Descrição do Produto	Prazo de Entrega	Formato / Especificações
<p>Produto 1: Programação das atividades a serem desenvolvidas para alcance dos objetivos do presente TdR.</p> <p>*A programação das atividades deve ser apresentada, discutida e aprovada em uma reunião com a SECIS e a GIZ, incluindo definição de demanda de apoio pela Consultora na implementação das atividades.</p>	<p>Até o dia: 25/11/2019</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 5</p>	Documento em formato WORD
<p>Produto 2: Relatório Draft de diagnósticos, verificação da Demanda de trabalho; Objetivos; Viabilidade técnica e financeira; pessoas/secretarias envolvidas; Prazos e Etapas para cada uma das áreas e ações supracitadas.</p>	<p>Até o dia: 24/01/2020</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 33</p>	Documento em formato WORD
<p>Produto 3: Apoiar na elaboração da oficina de repasse e discussão de conteúdo para as partes interessadas do projeto (preparação de lista de convidados e programação, preparação de apresentação powerpoint, participação)</p> <p><u>*Os convites para os convidados serão preparados e enviados pela SECIS, tal como definição e gerenciamento, local e data, e organização do coffee break.</u></p>	<p>Até o dia: 07/02/2020</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 5</p>	Documento em formato WORD
<p>Produto 4: Relatório Final sobre informações descritas nos produtos anteriores, incluindo lista de contatos e plano de trabalho.</p>	<p>Até o dia: 09/03/2020</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 11</p>	Documento em formato WORD

5. Apresentação dos Produtos

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, devidamente digitalizados e formatados, e obedecendo aos critérios definidos em reunião de alinhamento. Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação da GIZ e SECIS que terão prazo de análise e validação conforme demonstrado na tabela acima. (5 (cinco) dias para se manifestarem). Após a manifestação, a (o) contratada (o) deverá apresentar a versão final, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser solicitadas para o aprimoramento do produto.

A versão final dos produtos deverá ser entregue em meio digital, em formatos .doc e .pdf, compatíveis para impressão colorida em impressora laser, com os textos em formato A4 e fonte Arial tamanho 11. Todas as fontes de consulta, gráficos, imagens ou fotografias deverão ser citadas na bibliografia, que deverá seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os quadros, se houver, deverão especificar as fontes dos dados apresentados.

6. Requisitos de qualificação

- I. **Formação Acadêmica:** Os trabalhos devem ser realizados por um profissional com experiência em gestão e resiliência urbana, com enfoque em desenvolvimento sustentável e, desenvolvimento e gestão de projetos visando a modernização e inovação da gestão pública, no cenário de infraestrutura verde e arquitetura sustentável.
- II. **Experiência Profissional:** os consultores devem ter ao menos 6 anos de experiência comprovada na área de atuação. Exige-se também experiência e atuação prévia junto a órgãos do governo estadual, como a Prefeitura de Salvador, como na Secretaria Municipal de Gestão, para produção de documentos técnicos e subsídios para políticas públicas das temáticas de gestão do risco de desastres; análise de impactos de mudança do clima, processamento de dados, produção de documentos científicos e relatórios técnicos.
- III. **Qualificações desejáveis:** experiência com instituições ou projetos do tema de gestão urbana, mudanças climáticas ou desenvolvimento e gestão de projetos em inovação da gestão pública; boa capacidade de realização de pesquisas, análise e apresentação de dados; responsabilidade no cumprimento de metas e compromissos; fluência oral e escrita em inglês.

7. Pagamento

A aprovação final dos serviços / produtos e autorização para pagamento estará a cargo da Diretora do Projeto ProAdapta / GIZ.

8. Código de Conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa, para a GIZ, um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
- Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;
- **Orientações corporativas**
 - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília - DF, 31 de outubro de 2019.

Ana Carolina Câmara

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH